

se dá por meio de postos fixos. Além disso, há a formação dos profissionais da GCM pela SME em articulação com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Grupo Permanente de Pesquisa, Formação e Intervenção Social Portaria nº 2.755/15

O grupo permanente tem como objetivos: realizar um mapeamento das experiências da RME, acompanhar a implementação do Programa, promover a articulação com as demais Secretarias e produzir documentos e relatórios que possam subsidiar o processo de formação das Comissões de Mediação de Conflitos. O Grupo Permanente realizou reuniões periódicas para pesquisas, leituras, reflexões e planejamento das ações, que resultou em elaboração do documento de referência para debate com a Rede.

Formação para Mediação de Conflitos

As Comissões de Mediação de Conflitos da RME foram criadas conforme previsto na Lei nº 16.134/15; Decreto nº 56.560/15 e Portaria nº 2.974/16. Desta maneira foram realizados encontros de formação das comissões das DREs e UEs por meio do convênio com o Instituto Vladimir Herzog e do Projeto “Respeitar é preciso!”.

3.6- COCEU – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

O Programa São Paulo Integral apresenta proposta de Educação Integral em tempo integral enquanto política pública de educação do Município, a partir do mapeamento do acúmulo de experiências na Rede Municipal de Ensino, por meio do Programa Federal Mais Educação e das atividades complementares desenvolvidas no Programa Mais Educação São Paulo.

Respeitando a adesão das Unidades Educacionais, o programa propôs a expansão da jornada do educando para, no mínimo, 7 horas diárias e a reorganização da matriz curricular, de modo a possibilitar que as aulas da base nacional comum, da parte diversificada e das experiências pedagógicas que compõem os Territórios do Saber fossem distribuídas ao longo na jornada do educando, desconstruindo a lógica de turno/contraturno.

O Ciclo de Alfabetização foi priorizado, dando continuidade ao atendimento que já é feito em tempo expandido nos CEIs (10 horas diárias) e nas EMEIs (6 horas diárias). O atendimento foi realizado por professores e a escola recebeu complementação de recursos humanos e financeiros ao aderir.

A Prefeitura, até o ano de 2016, constituiu 111 escolas de educação integral em tempo integral, que atenderam 15.191 educandos. Com as novas adesões de escolas já realizadas para o ano de 2017, o programa crescerá, ou seja, serão 81 EMEFs e 40 EMEIs, ampliando o número de vagas para 21.055 no segundo ano do programa.

Educação Integral e Integradora

A Educação Integral, para além da expansão do tempo promovido nas políticas indutoras e no Programa São Paulo Integral, é uma concepção que diz respeito à integralidade dos sujeitos e do processo educativo.

Compreende o processo educativo como um espaço vivo, em diálogo intenso e permanente com as diferentes realidades de vida que compõem a comunidade, para todas as gerações. Espaço que compreende vida, cultura, cidade e escola, experiência e aprendizagem, mundos distintos e complementares, como a razão e a fantasia, a arte e a ciência, a cognição e a emoção, o corpo em movimento e o pensamento. Tal concepção redimensiona as relações entre conhecimento-vida, conhecimento-sujeito e sujeito-sujeito, fomentando e favorecendo a participação e a construção de relações horizontais e, portanto, humanizadoras e emancipatórias.

O conceito de Educação Integral coloca em destaque o papel central que a educação tem no desenvolvimento do ser humano, considerando o ser como pessoa, cidadão, constituído e construtor de história, cultura e conhecimentos. Nessa perspectiva, o ser humano é “indivisível” e considerado em todas as suas dimensões: cognitiva, física, emocional, ética, estética, simbólico-cultural e sócio comunitária.

Descolonização do currículo e qualidade social da educação

A descolonização do currículo, na perspectiva da Educação Integral, pressupõe o desafio de problematizar as relações de poder, a fragmentação e hierarquização dos conhecimentos, intensificando a integração da educação com a vida, da escola com a comunidade, dos sujeitos com o conhecimento. Descolonizar o currículo significa dar visibilidade aos atores, culturas e conhecimentos, pouco ou nada visíveis, ou deslegitimados no processo de escolarização como as culturas africanas, indígenas, migrantes, das crianças, das mulheres, das culturas populares, entre outras, em um movimento que permite desnaturalizar as hierarquizações e estratificações por classe social, idade, gênero, raça, formas corpóreas e sexualidade, e assim construir possibilidades de transformação das dramáticas desigualdades que marcam a vida de toda a sociedade. Nesse sentido, a descolonização do currículo possibilita e fortalece a construção da Educação Integral com qualidade social, comprometida com a construção de conhecimentos significativos e socialmente relevantes, alinhada à

transformação das realidades sociais marcadas pelas desigualdades e processos opressores presentes na vida, desde a infância.

Histórico, Experiência e Território

A Rede Municipal de Ensino é colossal e multifacetada. Em toda a sua diversidade, a Rede caminha na construção de concepções de Educação Integral há muito tempo. Dos primeiros parques infantis na década de 30, quando a infância entra pela primeira vez como foco da atenção do poder público com intencionalidade pedagógica, passando pelos notáveis avanços da reforma do funcionalismo e a vigorosa discussão dos temas geradores durante a gestão de Paulo Freire, pela construção dos CEUs e pela constituição e consolidação dos Programas Mais Educação - MEC e Mais Educação - São Paulo até a recente construção do Programa São Paulo Integral.

O Programa São Paulo Integral reconhece, valoriza, amplia e organiza as experiências educacionais que já ocorriam nas escolas do município. Experiências como horta, animação, fotografia, dança, teatro, circo, grêmios estudantis e muitas outras, extracurriculares num primeiro momento, têm agora potência de currículo. Por meio da expansão da jornada do educando, essas experiências usufruem da mesma importância das disciplinas da base nacional comum, compartilha com elas o tempo na matriz curricular, além de possibilitar ao professor acessar a sua jornada de trabalho de opção e a articular outros saberes na sua intencionalidade pedagógica, potencializando o protagonismo de educandos e educadores na escola.

Essa potência é situada no *território* da escola, do bairro e da cidade. Território não é apenas pelo uso comum das salas e dos espaços públicos. Fundamentalmente, território é a intenção educativa construída pelas pessoas que vivem e se relacionam em determinado espaço. As escolas em toda sua amplitude de lugares e espaços, o bairro e a cidade são fios estruturantes dessa trama que forma o tecido da educação integral.

Essas articulações – concepções, ampliação de tempos e os usos da escola, do bairro e dos espaços urbanos – têm a potência da cidade educadora; têm a potência de alocar a cidade como espaço de desenvolvimento dessas experiências compartilhadas para além das já exitosas ações em desenvolvimento nos territórios; têm a potência de espalhar para a Rede Municipal de Ensino, cada vez mais, o fenômeno das escolas que gostam e têm estima de si, que se reencontram no seu ofício pedagógico.

4 - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA (COAD)

A Coordenadoria de Administração, Finanças e Infraestrutura (COAD) da Secretaria Municipal de Educação tem como missão apoiar a implementação da política educacional, provendo recursos materiais e serviços à Rede Municipal de Ensino. Nesses quatro anos de gestão a COAD garantiu a infraestrutura necessária para que três mil unidades escolares da Rede direta e indireta, um milhão de educandos da rede, assim como os quase cem mil educadores tivessem o suporte necessário para poderem desenvolver plenamente suas atividades.

Isso representa efetuar mais de 2.500 compras anualmente para atender às unidades escolares e realizar contratações na ordem de quase um bilhão anualmente.

Mesmo atuando em um cenário econômico desafiador, a educação pública de São Paulo foi prioritária neste governo; foram mais de 2,4 milhões de kits de uniformes entregues aos educandos, com 15 itens em cada kit: blusão de moletom, calça e jaqueta de tactel, 5 camisetas, 5 pares de meias, um par de tênis e uma bermuda.

Para além de uniformes também foi entregue aos educandos de toda a rede, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, material escolar. O material escolar adquirido está alinhado ao projeto pedagógico da Secretaria, é adequado às faixas etárias e inclui kits com até 23 itens, entre os quais estão: cadernos, giz de cera, lápis, agenda, estojo, lupa, transferidor, canetinha hidrográfica, caneta, etc. Por meio da Portaria nº 7.169 em 18 de outubro de 2016, foi instituída a Comissão Técnica de Insumos Escolares para garantir que estas aquisições se deem de forma racional e para que contemplem o alinhamento entre as áreas-fim da Secretaria e a área-meio. Também foi disponibilizado pela primeira vez material escolar para o MOVA-SP.

Dessa forma fica assegurado que um milhão de educandos possam estudar e aprender, independentemente de suas condições socioeconômicas. Esta Coordenadoria, além de efetuar as compras necessárias para garantir o bom funcionamento da rede de ensino, também realiza contratações de serviços. Para que tanto educandos quanto educadores possuam ambientes limpos e seguros para desenvolver suas atividades, são contratados serviços de limpeza e vigilância. A COAD gere mais de uma centena de contratos de serviços terceirizados de limpeza, vigilância, entre outros, a fim de garantir ambientes saudáveis em nossas unidades escolares que propiciem a aprendizagem.

Para além dessas contratações, foi criado o programa Paz nas Escolas em parceria com a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e com a comunidade escolar. Foi realizado um Acordo de Cooperação Técnica que prevê a realização de rondas da GCM em proximidade às escolas, nas regiões que apresentam maior incidência de violência, na missão de oferecer um ambiente seguro nas escolas e no seu entorno.